



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº22/2017

----- Aos dez dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 21/2017, referente à reunião ordinária de vinte e cinco de outubro. -----

----- Aprovada a ata nº 21/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Dois milhões, cinquenta mil, quatrocentos e dezanove euros e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- MUNICÍPIO DE ABRANTES – FELICITAÇÕES PELO NOVO MANDATO; -----

----- SOBRE A UTILIZAÇÃO DO CONVENTO DE CRISTO PARA FINS CINEMATOGRAFICOS – PERGUNTA AO CONVENTO; -----

----- DESMOR – ENVIO DE RELATÓRIO SEMESTRAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA DESMOR, EM,SA; -----

----- PROPOSTA DE DATAS DE REALIZAÇÃO DAS FEIRAS PARA O ANO 2018 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao feriado do dia “6 de Novembro” e fez a seguinte intervenção que se transcreve:-----

----- “O dia “6 de Novembro” foi um dia muito importante no qual tivemos oportunidade de visitar algumas infraestruturas que foram requalificadas e outra feita de raiz, destinadas à prática desportiva. Este dia “6 de Novembro” foi também um momento de reflexão sobre o passado e sobre o presente do concelho de Rio Maior, nomeadamente com a apresentação do livro “Presidentes do Município de Rio Maior 1974-2017”, que marca, em formato escrito, a história da história do concelho de Rio Maior, no período atrás referido. Mas o “6 de Novembro” é também um momento para um olhar mais atento ao que tem sido bem feito ou a necessitar de ser corrigido. -----

----- Por decisão do então executivo municipal, em dez de novembro de dois mil e quinze, foi dado o nome do Dr. Silvino Sequeira ao Parque Desportivo Municipal. Decorridos poucos meses, as letras que identificavam o referido espaço caíram e os largos meses entretanto decorridos, sem reposição das referidas letras, em nada dignificam, nem o executivo municipal, nem o próprio Dr. Silvino Sequeira. Solicitamos assim, Senhora Presidente, que, com a brevidade possível, sejam colocadas novas letras e que estas sejam mais perceptíveis na leitura e que sejam colocadas devidamente.-----

----- O “6 de Novembro” é ainda um momento de perspetivar o futuro do concelho de Rio Maior e reiteramos novamente a disponibilidade do Partido Socialista, para que, com o nosso contributo, também possamos ajudar a projetar o concelho de Rio Maior na senda do desenvolvimento e dos desafios inerentes aos mesmos. Tendo o concelho de Rio Maior uma relevante atividade no setor primário, era importante que a autarquia, em conjunto com os empresários riomaiorenses, encontrassem estratégias e medidas de ação que visem uma mudança tranquila nos processos de transformação que, inevitavelmente, algumas empresas irão sofrer, progressivamente, ao longo dos próximos anos. A economia “circular” já ai está, a “indústria 4.0” ou a “digitalização da economia” estão a acontecer e são áreas a ter em consideração para novas decisões. Seguramente, será por aí que os novos desafios também terão de ser considerados como prioritários na captação de investimento para o concelho de Rio Maior. Deixamos por isso um alerta no início deste mandato, para a relevância destes desafios e que no

próximo “6 de Novembro” possamos fazer um balanço do espaço entretanto dado para esta nova realidade.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que na sua primeira reunião deste mandato, começava por felicitar a Senhora Presidente, todo o Executivo e a Coligação “Juntos pelo Futuro” pela vitória que obtiveram nas eleições do dia 1 de outubro. Desejou um bom trabalho a todos, bem como um bom relacionamento entre poder e oposição, porque estão todos a “remar” no mesmo sentido, e que a perspetiva de trabalho deve ser de sintonia, seriedade, transparência e lealdade.-----

----- Sobre a utilização do Convento de Cristo para fins cinematográficos, disse que, cada vez mais, os territórios se promovem tendo por base as novas tecnologias e as novas formas de comunicação e que o cinema é uma dessas formas. Referiu ainda que o Governo lançou uma linha de apoio financeiro à captação e produção cinematográficas para Portugal, a qual está ser gerida pelo Turismo de Portugal, questionando a propósito, se a Câmara já tomou alguma iniciativa para captar e aproveitar essa linha de apoio financeiro.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu-se ao feriado do “6 de Novembro”, dizendo que é uma data simbólica, muito importante e com um significado especial. Felicitou o plano na sua essência e na sua globalidade, mas manifestou o seu descontentamento pela designação que foi dada ao antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, dizendo que a designação “Paço Real” não faz sentido, não havendo nenhuma menção à utilização original daquele edifício.-----

----- Seguidamente congratulou-se com a inauguração dos campos de ténis e questionou quais os modelos de funcionamento para aquele espaço e se vai ser constituída alguma “escola autónoma”. Recordou que entre mil novecentos e trinta e um e mil novecentos e trinta e nove funcionou na cidade o “Rio Maior Ténis Club” e sugeriu que naquele espaço fossem colocadas algumas informações históricas sobre a existência desse Clube de ténis, realçando e enaltecendo a ligação entre o passado e o presente.-----

----- Ainda sobre o feriado do “6 de Novembro” realçou alguns aspetos que considerou menos bons da mensagem que a Senhora Presidente dirigiu à oposição, dizendo que “quem exerce funções públicas tem de ser utópico e sonhar com um conjunto de investimentos e projetos e torna-los possíveis, dando como exemplo dessa perspetiva a Escola Superior de Desporto que, atualmente, é uma das “bandeiras” de Rio Maior.--

----- De seguida referindo-se à distinção do mérito e da antiguidade dos funcionários do município, considerou a mesma interessante, mas não concorda que esta distinção seja

feita nesta data. Disse ainda que o “6 de Novembro” deve ser um momento para enaltecer, prestigiar e gerar notoriedade a outros níveis.-----

----- Relativamente à materialização do “Livro dos Presidentes” congratulou-se com a materialização do mesmo, considerando ser o livro da história económica e social de Rio Maior e lembrou que no seguimento da exposição da “História do Desporto” houve também o compromisso de editar um livro, trabalho esse que ainda não está em curso, dizendo que a Câmara Municipal deve preocupar-se também com a história do passado e com a sua ligação ao presente, para que todos os que hoje estão a desenvolver a sua atividade não esqueçam que, no passado, outras pessoas e outras organizações, já tiveram um papel de liderança e desenvolveram um trabalho muito meritório. Por último deixou o repto para que no decorrer deste mandato, a Senhora Presidente e o seu Executivo, tenham a capacidade de desenvolver esse eixo da política editorial.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se à gestão das águas em Rio Maior, dizendo que daqui por quatro anos espera que os indicadores oficiais dos números das perdas de água em Rio Maior tenham diminuído. Disse que tem que haver um investimento real no sistema para que a água seja um bem gerido com eficácia, seriedade e competência no concelho de Rio Maior.-----

----- Terminou a intervenção questionando como está a ser assegurada a despoluição do rio Maior e se a Câmara já identificou as origens do problema e o que está a fazer para a combater. Disse também que a “menina dos olhos” da Senhora Presidente é a “Recuperação da Frente Ribeirinha”, referindo não fazer sentido recuperar e alindar as margens sem despoluir e assegurar a manutenção da limpeza do rio. Questionou também qual o ponto da situação relativamente ao alargamento da EN 114. Por último questionou também quais os procedimentos que o Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior prosseguiu no sentido da sua participação na Web Summith, e o que está a ser feito para aproveitar da melhor forma a realização desta Cimeira Tecnológica”, a decorrer em Lisboa.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao feriado do dia “6 de Novembro” referindo que foram dois dias intensos dedicados à população, sendo também nesta altura o momento em que o executivo coloca à disposição dos munícipes mais alguns equipamentos ou serviços.-----

----- Quanto à intervenção do Vereador Daniel Pinto sobre o “Paço Real” informou que no topo da rampa existe um “Mupi” com a justificação da designação dada ao antigo Edifício dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e referiu que no Executivo sob a presidência do Dr. Silvino Sequeira foram feitas pesquisas e escavações, existindo no

local vestígios e ruínas, resultando daí a designação de “Paço Real.”-----

----- Ainda sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto, quando este se refere ao “Rio Maior Ténis Club”, salientou que Rio Maior tem uma longa tradição ligada ao desporto e referiu que nos anos cinquenta e sessenta também havia um clube de Patinagem Artística e informou que recentemente voltou a haver em Rio Maior um clube de Patinagem Artística.-----

----- Sobre o facto do livro do desporto ainda não ter sido editado, referiu que houve essa intenção por parte do executivo no seguimento da exposição que decorreu no ano de dois mil e catorze e esclareceu que uma exposição envolve determinados recursos, mas fazer um livro envolve muito mais recursos humanos, tempo e muito pesquisa. Referiu que a breve trecho a publicação desse livro será uma realidade, opinando que qualquer riomaiorense amante do desporto e conhecedor da história da sua terra está à espera que esta publicação aconteça.-----

----- Terminou a intervenção enaltecendo o esforço de todos os funcionários da autarquia que contribuíram para que o segundo volume do “Livro dos Presidentes chegasse a bom porto.”-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção desejando votos de um bom mandato ao Vereador Daniel Pinto.-----

----- Seguidamente referindo-se à designação “Paço Real” esclareceu que esta designação é o “chapéu” de uma candidatura de vários investimentos que foram feitos e sem nenhum perder a sua individualidade. Disse também que houve uma mudança de paradigma, referindo que as inaugurações foram feitas depois das eleições. Opinou que é importante que tudo siga o seu percurso normal, dizendo que quando os equipamentos são inaugurados devem ser logo colocados ao serviço das populações.-

----- Ainda no uso da palavra e respondendo ao Vereador Daniel Pinto sobre a questão da participação do Centro de negócios na Web Summit disse que o Centro de Negócios já no ano transato e também no decorrer deste ano tem feito contactos e está a preparar o melhor projeto para dar resposta aos empreendedores e empresários que pretendem investir e até criar algumas valências na área tecnológica, referindo que, brevemente, apresentará o ciclo de objetivos para os próximos quatro anos. Referiu que o Centro de Negócios ao longo dos seus recentes quatro anos de existência tem feito um trabalho excelente e extramente importante, ajudando centenas de empreendedores e de empresários num período de grandes dificuldades económicas.-----

----- **VEREADOR LUÍS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Interveio começando por responder ao Vereador João Teodoro Miguel sobre o nome do parque Desportivo Municipal e esclareceu que a situação está a ser avaliado no intuito de encontrara a melhor solução para que fique legível e digno.-----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto quando este diz que todos devem ser utópicos, considerou que a utopia pode fazer tender para a entropia. Opinou que os passos que forem dados terão de ser tão certos que não permitam a utopia.-----

----- Seguidamente referiu-se ao Setor das Águas dizendo que enferma de muitos problemas, opinando que neste concelho houve um pensamento estratégico e planeado das intervenções de fundo que se têm de fazer na rede de abastecimento. Disse ainda haver a necessidade de implementar uma gestão criteriosa neste Setor, obrigando o município a um esforço extra, para, em tempo útil, realizar investimento e modificar o paradigma das águas, tornando-as sustentáveis. Aditou que a rede existente tem muitas perdas de água, assim como algumas deficiências no abastecimento, afirmando que no próprio serviço operacional que é prestado pela Câmara têm de ser implementadas algumas correções. Salientou que esta matéria é prioritária na gestão dos próximos quatro anos. Referiu ainda que a Câmara Municipal tem um, projeto que já foi entregue que é ambicioso, pretendendo sectorizar o serviço de águas, para que ele possa ser controlável. Referiu ainda que, atualmente, o sistema tende para a entropia, sendo muito difícil de controlar. Informou também que o citado projeto requer grande investimento, mas que se torna imprescindível para se fazer uma gestão correta das águas. Deu conhecimento que brevemente irá decorrer uma sessão pública para a qual serão convocados todos aqueles que têm responsabilidades públicas na gestão do concelho e na qual todos os munícipes poderão participar. Informou ainda que nesta sessão se explicará onde estão as perdas, como é que as mesmas surgem e como se podem minorar e corrigir.-----

----- Terminou a intervenção referindo que “é ponto de honra” deste executivo conseguir planificar a resolução deste assunto, dizendo que, de todos os pelouros que lhe estão adstritos, este será aquele que irá merecer a sua maior atenção e dedicação.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acerca da despoluição do rio Maior referiu que o Vereador Daniel Pinto sabe que não é competência da Câmara analisar ou averiguar quem polui o rio, embora estejam sempre atentos a esta questão e informou que a situação foi comunicada às entidades competentes e assim que estas se pronunciem, essa informação será disponibilizada aos Senhores Vereadores e será do conhecimento público. Sobre o trabalho da despoluição do rio informou que o mesmo faz parte do projeto de Requalificação da Zona Ribeirinha, o qual será implementado quando começarem os trabalhos de requalificação. No que respeita à questão da EN114 informou que, na sequência da

reunião as Infraestruturas de Portugal estava projetado lançar o concurso para o projeto em janeiro do próximo ano, mas considerando os dados que recentemente foram solicitados, antevê-se a antecipação do lançamento citado concurso. Informou que o executivo solicitou a inclusão no mesmo de um conjunto de outras infraestruturas necessárias e que poderiam ser feitas em simultâneo com esta obra, propostas estas que foram aceites.-----

----- Acerca da história do “Paço Real” lembrou que ela consta de um “Mupi” que existe há vários anos. Sobre as obras das “Escadinhas do encontro” estas eram para estar concluídas até ao dia “5 de Outubro”, mas foi entendido que o trabalho não estava como se pretendia e optou-se por suspender a obra no intuito de a melhorar.-----

----- Sobre a utilização dos espaços requalificados informou que o antigo Quartel dos Bombeiros será destinado aos Escuteiros. A antiga Escola Comercial será para a realização de diversas atividades culturais. Disse também que o espaço do “Paço Real” está muito bem pensado e o objetivo final daquela requalificação será muito bom.-----

----- Quanto à intervenção do vereador Daniel Pinto relativamente ao seu discurso no feriado do dia “6 de Novembro”, preferiria que tivesse extraído do mesmo a mensagem final, em que pedia “que não houvesse demagogias populistas e não exequíveis”. Disse que também gostaria que tivesse retido aquela parte do seu discurso em que dizia “esqueçam lá as bandeiras partidárias e pegamos então nas cores da nossa bandeira e que seja colocada acima de todo e qualquer interesse.”-----

----- Terminou manifestando o seu descontentamento pelo discurso que o representante do Partido Socialista teve na tomada de posse, quando lhe pediu um gabinete para a oposição e lamentou que não tivesse conhecimento que esse gabinete já existia.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I – DESPACHO N.º 96/2017, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017 – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE €900.000,00**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 96/2017, exarado pela Sra. Presidente da Câmara, no dia 27 de outubro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou proceder à consulta, a pelo menos três instituições de crédito, para a apresentação de propostas destinadas à contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante de novecentos mil euros (€900.000,00), com taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses e prazo até 31 de dezembro de 2018, cujas propostas deverão ser apresentadas até ao dia 16 de novembro de 2017. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL -----

----- Questionou se este assunto estava relacionado com a necessidade de reforço de tesouraria para o próximo ano. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA-----

----- Esclareceu que é para ocorrer a dificuldades de tesouraria, dizendo que o empréstimo é para ser contraído e pago no mesmo ano. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 97/2017, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017 - PEDIDO DO PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES EM NOME DE ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL FREIRIA – PROCESSAMENTO DO MÊS DE AGOSTO/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho n.º 97/2017, de 30 de outubro, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º do anexo I á Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no qual foi autorizada o pagamento relativo ao processamento do mês de agosto/2017, no valor de 642,48 €, em 3 prestações, nos termos e fundamentos apresentados. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – ANULAÇÃO DE FATURA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE REFEIÇÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer dos Serviços de Ação Social e informação dos serviços, proceder à anulação da Fatura n.º. E2017/5520 no valor de €17,52 e respetivos juros de mora, bem como à isenção do pagamento das refeições com efeitos a partir de 01 de outubro e até que a situação seja regularizada pela Segurança Social. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ausentou-se da sala de reuniões o Vereador João António Lopes Cadoso por estar impedido de participar na votação. -----

----- **PONTO III – PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS PARA UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE TÊNIS E DE PADEL – DESMOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o ofício n.º. 173/DESMOR/2017, para efeitos do disposto no n.º.2, do artigo 9º dos Estatutos da DESMOR concordar com a Proposta de Tabela de Preços Para Utilização dos Campos

de Ténis e de Padel, nos termos e fundamentos apresentados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Solicitou à Dra. Diva Cobra da empresa municipal DESMOR para fazer o enquadramento do processo relativo aos Campos de Ténis e Padel. -----

----- **DRA. DIVA COBRA** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que os campos foram construídos com o objetivo de dar resposta à formação, à utilização livre e também, um dia mais tarde à competição. Disse que na altura a base era só construção dos Campos de Ténis mas depois surgiu a hipótese de construir um campo de Padel por se tratar de uma modalidade que tem vindo a aumentar anualmente e que, em termos Nacionais, os números são incríveis. Referiu que, como é demonstrado num estudo económico, o Padel é um setor contributivo em termos financeiros para a sustentabilidade do Ténis, dado que são instalações que têm os mesmos custos de manutenção e de exploração mas por ser uma modalidade com características diferentes e abranger outro tipo de população consegue atingir-se outro tipo de proveitos. Disse também que o projeto de desenvolvimento das modalidades assenta em diversos fatores como o envolvimento da comunidade, bem como o enraizar da modalidade que ainda não existe. Referiu ainda que os setores vetores de desenvolvimento são as Escolas (Ensino Básico e Secundário), estando-se a iniciar os contactos para essas parcerias, no sentido de permitir que as escolas usem os campos como instalações desportivas, com projetos específicos e como desporto escolar. Referiu também que a Escola Superior de Desporto é outro vetor fundamental, dado que existem alunos a fazer estágio de treino e que vão constituir recursos. Por último referiu-se ao desenvolvimento da “Escola da Formação de Ténis” que vai ser feita numa primeira fase pela DESMOR, porque não existe outra estrutura, nem outro projeto. Referiu também que a competição será um caminho que surgirá com o desenvolvimento da modalidade. -----

----- Informou também que foi feito um estudo cauteloso onde se prevê o número de utilizadores, embora este estudo possa não ser referência pelo facto de não haver taxa associada para a utilização dos campos. Aditou que a previsão de arranque da escola será em janeiro do próximo ano com cerca de cinquenta alunos. -----

----- Terminou a intervenção reportando-se aos preços para a utilização dos Campos, os quais foram bastante discutidos e que a base fundamental foi considerar para os custos uma base sustentável, mas que ao mesmo tempo não fosse pesada para as famílias. Disse que daqui por um ano podem ser revistos e adaptados à realidade. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por agradecer as explicações felicitando todo o trabalho desenvolvido.

----- Seguidamente opinou que, numa lógica de competição, o espaço existente não possibilita esse caminho. Disse que não existem bancadas e que, com a sua instalação, fica ainda mais difícil trilhar esse caminho. Em sua opinião deveria optar-se por um outro espaço para instalar os campos, numa lógica de futuro e com maior possibilidade de expansão do complexo, nomeadamente para a construção de bancadas e para mais campos. -----

----- **DR. DIVA COBRA** -----

----- Inteveio para informar que o complexo prevê mais dois campos e a hipótese de bancadas laterais dos dois lados. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- De novo no uso da palavra opinou que numa lógica utópica era aconselhável que a zona pudesse ser outra, com maior alcance de expansão territorial para que as coisas não fiquem muito ao espírito do “Rossio na Rua da Betesga”. -----

----- **DRA. DIVA COBRA** -----

----- Inteveio para informar que o espaço escolhido foi muito debatido, tratando-se de um processo partilhado e salientou que este espaço tem de estar próximo de uma estrutura de apoio. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre este assunto deu como exemplo o campo que está junto da urbanização e que pelo facto de estar tão deslocado e afastado, nunca foi utilizado. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Inteveio para questionar se o campo vai funcionar aos domingos. -----

----- **DRA. DIVA COBRA** -----

----- Informou que o campo nesta fase inicial vai funcionar aos domingos mediante reserva. -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Inteveio para sugerir que fosse estudada a possibilidade de, pelo menos um dia durante o ano, os campos estarem abertos gratuitamente para as camadas mais jovens.

----- **ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção felicitando a DESMOR pela forma como concebeu, projetou e implementou este projeto. Disse que a empresa com a construção destes campos, saiu das modalidades tradicionais e constituiu um polo atrativo para os concelhos vizinhos. Em sua opinião constituiu-se uma centralidade para a prática desta modalidade desportiva que a seu tempo, e dependendo dos praticantes, se centrará nas fases da competição ou não. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou o Vereador Daniel Pinto que está tudo pensado, quer em termos de localização, quer em termos de estratégia, referindo que será a prática e o crescimento desta atividade que irão justificar a necessidade de fazer investimento com a construção de mais campos. Disse que em termos de área e de zona onde os campos estão localizados é a melhor que existe, até pela parte operacional de apoio a esta infraestrutura. -----

----- Seguidamente enalteceu o testemunho e o empenho do pessoal que esteve afeto a esta infraestrutura e referiu que no dia 5 de novembro tudo estava em condições de excelência para que esta infraestrutura fosse colocada ao serviço da comunidade riomaiorense. -----

----- Finalizou referindo que esta infraestrutura era necessária no concelho de Rio Maior e que esta modalidade deixou de ser uma prática de elite e que existem escolas que colocam nas suas atividades a prática do Ténis. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador João António Lopes Candoso voltou à reunião. -----

----- **PONTO IV – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE ASSEICEIRA - ANO LETIVO 2017/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º 23/SUASE/2017, autorizar, para o ano letivo 2017/2018: - A prorrogação do Protocolo celebrado com a Freguesia de Asseiceira; - A realização da despesa no valor total estimado de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S. JOÃO – ANO LETIVO 2017/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º 24/SUASE/2017, autorizar, para o ano letivo 2017/2018: - A prorrogação do Protocolo com a União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João; A alteração da cláusula 3ª do mesmo; A realização da despesa no valor total estimado de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROTOCOLO COM A COMISSÃO DE MELHORAMENTOS E PROGRESSO DE ASSEICEIRA - ANO LETIVO 2017/2018 -**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º25/SUASE/2017 autorizar, para o ano letivo 2017/2018: - A celebração do Protocolo com a Comissão de Melhoramentos e Progresso de Asseiceira; - A realização da despesa no valor total estimado de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção dizendo que este protocolo surge pela primeira vez e resulta da necessidade de compensar esta Associação por estarem a ser desenvolvidas atividades de Enriquecimento Curricular e de ATL no espaço da Associação. Disse que a Escola está em obras e neste momento as atividades letivas estão a ser desenvolvidas numa sala da Junta de Freguesia e no Centro de Dia. Disse ainda que as refeições, o ATL e a prática desportiva das Atividades de Enriquecimento Curricular são feitas nas instalações desta Associação. Referiu ser conveniente contemplar neste protocolo a Associação de Melhoramentos e Progressos de Asseiceira. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII – VISITAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2017/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: - Autorizar a abertura do procedimento para a realização de visitas de estudo para o ano letivo 2017/2018 e aprovar as respetivas peças de procedimentos; - Autorizar a realização de despesa no valor **5.347,50€** (cinco mil, trezentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a informação é a habitual e que há mais de uma década que este município pugna em oferecer aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo uma visita de estudo anual, sendo uma forma de se agraciar não só os alunos carenciados mas toda a população estudantil que é tratada de igual forma na atribuição do transporte. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – CONTRATO Nº.41/2013/P – AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTARES EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E MÉDIA TENSÃO (MT) – PROCESSO Nº.105/2013/CP – LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a liberação da caução prestada pela empresa “EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A”, no âmbito do contrato de prestação de serviços identificado em epígrafe, nos termos da informação interna nº 29/2017/UFAS-RL, datada de 31 de outubro e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – FRIMOR 2017 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS A ENTIDADES DIVERSAS --**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº47/UAECVCH/CULT/2017, de 23-10-2017, aprovar a transferência de verbas às Associações/Coletividades/Instituições Particulares de Solidariedade Social, participantes na Feira Nacional da Cebola – FRIMOR 2017, no valor total de 9.625,00€ (nove mil seiscentos e vinte e cinco euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – ENCARGOS COM A EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) – ANOS DE 2017,2018,2019 E 2020** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar os Encargos com a Equipa de Intervenção (EIP) no ano de 2017, 2018, 2019 e 2020, no valor total de 95.541,36 €, (noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e um euros e trinta e seis cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Relativamente à Proteção Civil questionou se no futuro se fará algum reforço destas equipas ou de sapadores para complementar a segurança e salientou que o município deve estar aberto a esta possibilidade porque se viveu recentemente momentos trágicos no País e opinou que uma equipa similar de sapadores seria uma ferramenta para os Bombeiros terem mais facilidade na proteção do concelho e de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Acerca deste ponto questionou se esta equipa permanente é constituída por cinco pessoas e se esses recursos humanos vêm reforçar o quadro existente ou se é uma continuação do existente. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou tratar-se da continuação do existente. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- De novo no uso da palavra e no seguimento da explicação dada pela Senhora Presidente disse que é importante que as equipas sejam constituídas, mas também é importante que as equipas funcionem bem e que façam aquilo que tem de ser feito. Referiu que no concelho de Rio Maior e um pouco por todo o País, se verifica que a Lei não é cumprida, sendo importante estar atento e verificar a eficácia do trabalho dessas equipas. Terminou referindo que as equipas têm de fazer o seu trabalho e garantir que a Lei é cumprida. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Começou por responder ao Vereador João Teodoro Miguel opinando que sempre que existam condições o município estará disponível e interessado para aumentar o serviço que presta aos munícipes. Salientou que sempre que o município tenha capacidade estará sempre disponível para reforçar a Proteção Civil, através de bombeiros ou de sapadores e que esta deverá finalmente começar a ser pensada de forma a perceber que o combate é a última arma da Proteção Civil e não a primeira. Disse ainda que interessa muito mais investir e pensar a montante do combate do que durante o mesmo. Opinou que a profissionalização dos serviços é cada vez mais o caminho, porque o voluntariado é muito nobre, mas nem sempre consegue segurar todas as necessidades. -----

----- Seguidamente respondeu ao Vereador Daniel Pinto esclarecendo que uma Equipa de Intervenção Permanente é um grupo de bombeiros e não estão mandatados para fazer cumprir a Lei, dado que quem tem essa competência são as entidades a quem compete a fiscalização. Disse que no caso da floresta, as tarefas do cumprimento da Lei poderão dividir-se entre os fiscais municipais e o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente - SEPNA – GNR. Disse que os Bombeiros são para prestar socorro e numa missão por vezes tão difícil ajudar a suprir necessidades. -----

----- Esclareceu que o protocolo é tripartido entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Câmara Municipal e a Associação de Bombeiros e o que o vencimento é bipartido entre aquela Autoridade Nacional e o Município de Rio Maior, cabendo à Associação dos Bombeiros garantir condições de menor monta, como por exemplo, o seguro e a orientação dos serviços. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Interveio para recordar uma reunião na CIMLT onde foi abordada a possibilidade de, ao nível da comunidade, existirem sapadores florestais. Disse que no concelho de Rio Maior existe uma equipa de sapadores florestais em Alcobertas. Disse também que

nem todos os municípios têm Equipa de Intervenção Permanente (EIP). -----

----- Salientou que a articulação que existe entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários de Rio Maior é muito próxima e de uma colaboração excecional, não esquecendo que os responsáveis pela Proteção Civil não são os Bombeiros, mas a Câmara Municipal na pessoa da Presidente da Câmara. -----

----- Ainda acerca deste ponto, esclareceu que a proposta em discussão se reporta aos encargos com esta equipa. Disse que é um acordo tripartido em que a Câmara Municipal assume a sua parte. Disse ainda que esta equipa faz intervenção e não fiscalização. --

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Ainda sobre este assunto opinou que em termos orçamentais este montante terá de ser alterado pelo facto das novas responsabilidades que aí vêm. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para dizer que o município estará disponível para inscrever um valor maior na rubrica no sentido de proporcionar melhor serviço, caso isso venha a ser sugerido, sempre no intuito de potenciar ainda mais a capacidade de intervenção destas equipas.-

----- Manifestou preocupação política sobre esta matéria considerando que as competências dos municípios na Proteção Civil e na fiscalização de tudo aquilo que está a montante da mesma mudaram radicalmente. Disse que o Serviço Nacional da Floresta Contra Incêndios, reformulado pela Lei 76/2017, provoca alterações manifestamente nocivas para os municípios. Disse que existe nesta lei um “chutar” de responsabilidade e uma desresponsabilização do cidadão prevaricador que a todos deve preocupar. Disse que até esta altura a Lei sugeria que a Câmara Municipal poderia chamar a si a responsabilidade de proceder à limpeza dos terrenos privados que não cumprissem as normas de limpeza e imputar os custos ao cidadão prevaricador, neste momento a Lei diz que o município tem de assumir esta responsabilidade. Em sua opinião isto é uma impossibilidade organizativa de ser cumprida, dizendo que nenhum município tem a capacidade de intervir diretamente e com os seus meios próprios ainda que depois tenha a possibilidade de realizar a tentativa de ser ressarcido desses montantes. Disse que nenhum município do País tem a capacidade de fazer a limpeza de todos os terrenos privados que estejam em más condições de limpeza. Disse também que o tempo para realizar esta limpeza é de um mês. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA EM ANTEPORTA – RIO MAIOR, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE SANDRA ISABEL LOPES AZENHA – PROCESSO Nº.195/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido,

certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro. -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM ALMARGEM – S. JOÃO DA RIBEIRA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S. JOÃO EM NOME DE JOSÉ MANUEL DIAS GONÇALVES – PROCESSO Nº. 211/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitido, certificar que a estrada que divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 65 da secção AA, sito em Almargem, União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, Concelho de Rio Maior, trata-se da Estrada Nacional 114, é do conhecimento e domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM CIDRAL – RIO MAIOR, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE ILÍDIA MARIA MARTINS VIOLANTE – PROCESSO Nº. 247/2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que do prédio rústico, sito em Cidral, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 1044, foi cedido para o domínio público a área de 309,20 m2. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO EM CIDRAL – RIO MAIOR, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE ORLANDO MANUEL CAETANO ANTÓNIO – PROCESSO Nº. 251/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que do prédio rústico, sito em Cidral, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 95º da secção AL, foi cedido para o domínio público a área de 155 m2. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV – VISTORIA DE SALUBRIDADE AO PRÉDIO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, 36 – RIO MAIOR, FREGUESIA DE RIO MAIOR, REQUERIDA POR MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº.154/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Auto de Vistoria de 05/09/2017 e à proposta emitida pelo Chefe Divisão da Unidade de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento do Território e Espaço Público de 31/10/2017, notificar os proprietários do prédio sito na Rua 5 de Outubro nº 36, em Rio Maior, para no prazo de 30 dias proceder a execução de obras de conservação total da fachada do prédio, nomeadamente tratamento das infiltrações, tratamento das armaduras, tratamento de fissuras e área com desprendimento de revestimento com picagem e colocação de novo reboco e pintura total. -----

Até conclusão dos trabalhos, deve a área adjacente à fachada estar interdita a acesso pedonal e viário.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Interveio para alertar que em Rio Maior existem mais situações destas, apelando a que o município através da fiscalização evite mais situações como esta. Disse ainda que na zona de prédios situados atrás da Casa Mortuária existem fragmentos caídos no chão e estão colocados nos pilares avisos que alertam para esta situação. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que os Serviços da Câmara têm feito esse trabalho, mas cabe ao cidadão comunicar essas situações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2017/2018 – DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS CANDIDATURAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o exposto na informação n.º 37/SAS/UFAS/2017 e assim, o previsto no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os Alunos do Ensino Superior, deliberou aprovar: - A concessão de um total de 12 (doze) bolsas, independentemente da mesma ser concretizada no âmbito de renovações ou de primeiras atribuições; - A atribuição do valor de 55,00€/mês para cada bolsa, por um período de nove meses, num montante total de 495,00€/bolsa; - Que o período de candidaturas à renovação das bolsas de estudo atribuídas no transato ano letivo de 2016/2017 decorra entre o dia 17 de novembro e o dia 07 de dezembro; - Que o período de candidaturas a novas atribuições decorra em período

subsequente ao indicado no ponto anterior; - Que a comissão de análise seja constituída pelos elementos efetivos, Aldina Santos, Henrique Granada e Andreia Martins; e pelos elementos suplentes, Catarina Gomes e Marta Flor. - Que a comissão de análise inicie os procedimentos da apreciação dos pedidos de renovação no prazo limite de dez dias úteis, subsequentes ao término do período de candidaturas à renovação. - O pagamento numa única tranche do montante total de 495,00€/bolsa. -Mais deliberou aprovar, no âmbito do Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, a Atribuição de 3 (três) bolsas de estudo aos bombeiros voluntários e/ou descendentes diretos, que frequentem o ensino superior. Assim, a Câmara aprovou a atribuição de um total de 15 bolsas de estudo para o ano letivo 2017/2018, num valor total estimado de 7.425,00€. -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ausentou-se da sala de reuniões a Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo por estar impedida de participar na votação. -----

----- **PONTO XVII – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR NO CONSELHO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, e no âmbito do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, designar representantes da Câmara Municipal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro Pereira da Silva e da Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, a Vereadora da Educação, Ana Filomena Figueiredo, a Chefe de Divisão da Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano, Maria de Lurdes Violante, e a Técnica Superior, Sandra Serrão. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- A Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo voltou à reunião. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____